

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Mantenedores da
Associação Primeira Chance
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Primeira Chance (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Primeira Chance, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2019

As demonstrações contábeis da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, em 15 de julho de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 25 de janeiro de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 CE 001465/F-4


André Custódio Nogueira
Contador CRC 1 PR 057107/O-2 -S - CE

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2020	2019		Nota explicativa	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	610	491	Obrigações sociais e tributárias	5	49	40
		610	491	Adiantamento a terceiros		-	1
						49	41
Não circulante				Patrimônio líquido			
Aplicação financeira		6	4	Patrimônio social	6	464	491
Imobilizado	4	6	10	Superávit (Déficit) acumulado		109	(27)
		12	14			573	464
Total do ativo		622	505	Total do passivo e patrimônio líquido		622	505

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receitas			
Doações recebidas	7	361	378
Receitas com gratuidades/voluntariado	7	1.875	1.732
Total das receitas sociais		2.236	2.110
Contribuições para projetos			
Custos de projeto	8	(114)	(266)
Despesas com gratuidades/voluntariado	8	(1.874)	(1.732)
Total de contribuições para projetos		(1.988)	(1.998)
Superávit bruto		248	112
Despesas gerais e administrativas	9	(137)	(159)
Outras Receitas Operacionais		-	1
Superávit líquido/(déficit) antes do resultado financeiro		111	(46)
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	10	11	28
Despesas financeiras	10	(13)	(9)
Superávit líquido/(déficit) do exercício		109	(27)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Superávit líquido/(déficit) do exercício	109	(27)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>109</u>	<u>(27)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	(Déficit) Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	491	(27)	464
Incorporação dos superávits do exercícios anteriores	(27)	27	-
Superávit do exercício	-	109	109
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>464</u>	<u>109</u>	<u>573</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido/(déficit) do exercício	109	(27)
Ajustes por:		
Depreciação	4	6
Perda na alienação do ativo imobilizado	-	1
Variações das contas de passivo		
Adiantamentos de clientes	(1)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	9	(1)
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>121</u>	<u>(21)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	-	(1)
Aplicações financeiras	(2)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>
Superávit líquido/(déficit) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>119</u></u>	<u><u>(22)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	491	513
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	610	491
Superávit líquido/(déficit) de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>119</u></u>	<u><u>(22)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto social e operacional

A Associação Primeira Chance (“Associação”) é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) fundada em agosto de 2011 e tem como objetivo principal um programa de bolsas para jovens de família de baixa renda, estudantes da rede pública de ensino, que recebem além de uma bolsa integral em um colégio de excelência, todo o suporte financeiro para seguir estudando até seu ingresso na universidade.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação dos membros da Administração em 25 de janeiro de 2023.

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da Associação, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 (R1) - Instituto sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 - Instituto sem finalidade de lucros.

2.2. Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real (R\$) foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros afins. A Associação considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar a data da contratação.

2.4. Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo uso histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

(b) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação a vida útil estimada de cada parte de um item do bem imobilizado.

A vida útil é estimada para o exercício corrente e comparativo aos seguintes grupos:

- Móveis e utensílios: dez anos;
- Máquinas e equipamentos: dez anos;
- Equipamentos e processamentos de dados: cinco anos;
- Benfeitorias em imóveis de terceiros: quatro anos.

2.5. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

2.6. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.7. Patrimônio social

Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data da sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação.

2.8. Receita de doações

- (a) Doações recebidas: são doações ofertadas pelos seus parceiros, que visam suportar todos os gastos relativos à atividade operacional da Associação. São reconhecidas pelo regime de caixa, quando do recebimento.
- (b) Gratuitades: são reconhecidas contabilmente de acordo com o benefício de desconto firmado entre os fornecedores ou prestador de serviço e a Associação, adotando o princípio da competência. Os serviços classificados como gratuidades são: bolsa de estudos, materiais e livros, serviços em geral e voluntariado.

2.9. Imunidade tributária

Em 10 de dezembro de 1997 foi sancionada a Lei nº 9.532, cujos principais aspectos de interesses da Associação estão apresentados a seguir.

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem serviços para os quais tiverem sido instituídas e coloque a disposição do grupo de pessoas a que se destinem sem fins lucrativos.

A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

As instituições isentas estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- Manter a escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar anualmente a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- Recolher os tributos rendidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações assessórias decorrentes;
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgãos públicos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A Associação vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

2.10. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Associação exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Associação.

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Associação adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Bancos - conta movimento	-	10
Aplicações financeiras de liquidez imediata	610	481
	<u>610</u>	<u>491</u>

As aplicações financeiras compreendem investimentos com risco insignificante de alteração de valor, de liquidez imediata e de uso como equivalente de caixa da Associação, correspondente a aplicação de renda fixa. São mantidas para atender compromissos de caixa de curto prazo da Associação.

4. Imobilizado

(a) Composição dos saldos

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	8	(4)	4
Equipamentos e processamentos de dados	18	(16)	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6	(6)	-
Total	<u>32</u>	<u>(26)</u>	<u>6</u>

(b) Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2020
Custo				
Móveis e utensílios	8	-	-	8
Equipamentos e processamentos de dados	18	-	-	18
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6	-	-	6
Total do custo	<u>32</u>	-	-	<u>32</u>
Depreciação acumulada				
Depreciação de móveis e utensílios	(4)	-	-	(4)
Depreciação de equip. e processamentos de dados	(12)	-	(4)	(16)
Amortização de benfeitorias em imóveis de terceiros	(6)	-	-	(6)
Total da depreciação acumulada	<u>(22)</u>	-	<u>(4)</u>	<u>(26)</u>
Saldo líquido	<u>10</u>	-	<u>(4)</u>	<u>6</u>

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Obrigações sociais e tributárias

	2020	2019
ISS s/ serviço tomado a recolher	34	25
Provisão férias e 1/3 de férias	9	7
CSRF a recolher	1	-
INSS	4	5
FGTS	1	1
RPA a pagar	-	2
	<u>49</u>	<u>40</u>

6. Patrimônio Líquido

(a) Patrimônio social

O patrimônio social é integralmente constituído por valores relativos a doações especiais necessárias para constituições e manutenção da Associação.

Conforme o Estatuto Social, em seu Capítulo V, artigo 30:

“No caso de dissolução social da Associação, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra Pessoa Jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o objetivo social semelhante ao da Associação.”

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio social da Associação totaliza R\$ 464 (R\$ 491 em 2019).

(b) Resultado acumulado

O resultado (superávit) do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 109 (déficit de R\$ 27 em 2019).

(c) Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Associação não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no país os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

Os Dirigentes da Associação não são remunerados, conforme disciplinado no Estatuto Social, Capítulo III, artigo 10, - parágrafo primeiro:

“Os membros dos órgãos sociais, com exceção da diretoria executiva, exercerão suas funções gratuitamente, sendo vedada a distribuição de lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, conselheiros ou associados, sob qualquer forma ou pretexto”.

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Receitas

	2020	2019
Doações recebidas	361	378
Receitas com gratuidades/voluntariado	1.875	1.732
	<u>2.236</u>	<u>2.110</u>

8. Contribuições para projetos por natureza

	2020	2019
Auxílio alimentação	(33)	(101)
Serviços com pessoa física	(14)	(52)
Materiais e livros	(27)	(32)
Bolsa de estudo, auxílio e transporte	(13)	(51)
Aluguéis e condomínios	(23)	(19)
Outros custos	(4)	(11)
Custos de projeto	<u>(114)</u>	<u>(266)</u>
Bolsa de estudos	(1.656)	(1.570)
Contabilidade e auditoria	(32)	(27)
Livros e materiais	(126)	(98)
Sistema financeiro	(1)	(1)
Serviço voluntário	(59)	(36)
Despesas com gratuidades/voluntariado	<u>(1.874)</u>	<u>(1.732)</u>

9. Despesas gerais e administrativas por natureza

	2020	2019
Despesas com pessoal	(85)	(103)
Viagem e hospedagem (a)	(20)	(11)
Publicidade e propaganda	(4)	(10)
Taxas	(8)	(5)
Depreciação	(4)	(6)
Outras Despesas (b)	(16)	(24)
Despesas gerais e administrativas	<u>(137)</u>	<u>(159)</u>

(a) Refere-se a despesas com locomoção dos bolsistas que residem no interior para os encontros e as hospedagens de funcionários para realização de encontro em Sobral;

(b) Refere-se a despesas com treinamento, despesas fixas, como por exemplo: energia elétrica, internet, entre outras.

10. Resultado financeiro

	2020	2019
Rendimentos com aplicações financeiras	11	28
Receitas financeiras	<u>11</u>	<u>28</u>
IRRF sobre aplicação financeira	(2)	(5)
Despesas bancárias	(11)	(4)
Despesas financeiras	<u>(13)</u>	<u>(9)</u>

ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA CHANCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Trabalho voluntário e gratuidades

Conforme estabelecido no item 19 da ITG 2002 (R1) e na Resolução CFC nº 1.409/2012, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos de administração sendo mensurados ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida com despesas operacionais no montante de R\$ 1.875 (R\$ 1.732 em 2019), sendo R\$ 59 relacionado a trabalho voluntário e R\$ 1.816 de gratuidades recebidas (R\$ 36 em trabalho voluntário e R\$ 1.696 em gratuidades em 2019) e não geram alterações nas demonstrações financeiras pois visam, tão somente, atender a esse dispositivo contábil.

A Associação classifica como trabalhos voluntários os órgãos de administração que se trata dos membros da Assembleia de Associados, sendo Associados Mantenedores e Associados Efetivos, e os membros da diretoria sendo: Diretor Presidente - órgão estatutário Ricardo Cunha Sales, Diretora Financeira Armênia Maria Sales.

Os trabalhos voluntários e as gratuidades recebidas foram valorizadas, pelo valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar baseado em remuneração equivalentes conforme pesquisa e dados de mercado.

O tempo dispendido em prol da Associação é entendido como trabalho voluntário, não remunerado. As gratuidades recebidas durante os exercícios de 2020 e 2019 foram as seguintes:

	2020	2019
Bolsa de estudos (a)	(1.656)	(1.570)
Contabilidade e auditoria	(32)	(27)
Livros e materiais	(126)	(98)
Sistema financeiro	(1)	(1)
Serviço voluntário	(59)	(36)
Despesas com gratuidades/voluntariado	<u>(1.875)</u>	<u>(1.732)</u>

(a) A principal gratuidade que a Associação possui é relativa ao programa de bolsas, que estas são ofertadas para alunos medalhistas em escolas públicas. O aumento no custo com as bolsas de estudos do período de 2020 para 2019 se deu pelo reconhecimento do custo com material didático que foi reconhecido nesta rubrica.

12. Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020:

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF);
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A Associação não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem finalidade de lucros. As declarações de isenção do Imposto de Renda, as quais a Associação está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos à revisão por autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.